

# O conceito de ‘participação’ nos media : sombras e claridades numa floresta de definições

Fábio Ribeiro

De acordo com Manuel Castells, “os fluxos não são só um elemento da organização social: são os processos que dominam a nossa vida económica, política e simbólica” (2005:436). Em certo sentido, a afirmação que o autor enuncia no âmbito da sua tese sobre a sociedade em rede poderia ser expressiva não apenas dos movimentos que organizam a transmissão de informação, mas também dos movimentos que organizam as pessoas. Na verdade, também no que diz respeito à mobilidade dos indivíduos, o termo ‘fluxo’ condiz bem com um tempo em que a relação das pessoas com os espaços tende a ser cada vez mais desenraizada. É talvez aí que se situa o fundamento da proposta de Castells, segundo o qual ao ‘espaço dos lugares’ se sucede o ‘espaço dos fluxos’. Condição vista como essencial à integração sociopolítica, a participação apresenta-se como a chave de uma sociedade dita de informação, que apela à transição de uma assembleia de massas para uma comunidade de indivíduos comprometidos pessoalmente.

O envolvimento dos cidadãos em determinadas esferas sociais, como a mediática, por exemplo, pode ser interpretado à luz deste último entendimento, tendo em conta uma certa mobilidade de vozes que se dividem pelos mais diversos formatos actualmente desenhados para promover a auscultação do público. Neste contexto paradigmático da actividade dos media, no segmento específico da relação com os seus seguidores, também os estudos em ciências da comunicação não se demitiram da responsabilidade académica de investigar esta realidade premente. Contudo, tem sido aparentemente difícil encontrar um consenso entre as várias definições propostas por investigadores que se debruçaram sobre esta matéria. Uma das razões principais para esta multiplicidade de entendimentos sobre o que significa exactamente o envolvimento dos cidadãos nos media estará eventualmente relacionada com a disparidade de disciplinas que se prestam a tentar enquadrar esta questão: da sociologia, à comunicação, passando pela semiótica ou linguística.

---

<sup>1</sup> Investigador do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Artigo escrito no âmbito do projecto “Jornalismo televisivo e cidadania: os desafios da esfera pública digital” (FCT PTDC/CCI-JOR/099994/2008).

A este propósito, poderíamos convocar o entendimento de Michel Maffesoli, uma das personalidades mais reconhecidas e activas nos estudos da ciência dos signos linguísticos. Para o sociólogo francês, o termo evoca uma certa plasticidade, retomando parte daquele que será o debate sobre a sua raiz primitiva: “uma dessas ‘ideias-chave’ além da separação, de essência tecnológica, própria à tradição judaico-cristã, refere-se precisamente à participação, próxima de um senso místico do termo, de qualquer coisa que lhe dá sentido. Uma perspectiva holística que assinala o regresso de forças primitivas, um pouco tenebrosas” (2007:104). Neste *Lebenswelt* [mundo da vida], como o autor define, a participação emerge de uma comunidade que valoriza a componente sentimental, emocional, racionalizada, um pouco na linha do debate crítico e racional que Jürgen Habermas defendera em 1962, com a sua tese de doutoramento *Strukturwandel der Öffentlichkeit* [traduzida nos anos 80 como *The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Burgeois Society*]. Para Maffesoli, parte dessas raízes encontra-se em “períodos que acentuavam o sentimento de pertença com os mitos, as pequenas histórias e os afectos partilhados como vectores comunitários”. Recordando as palavras de uma obra de Émile Durkheim, *Les Formes élémentaires de la vie religieuse*, o investigador destaca que “este processo de ‘participação mágica’ a uma entidade bem mais vasta, esta transcendência imanente favorece a união ao outro, à comunhão da alteridade, à integração do estranho, à incorporação de uma estranheza que se destaca por entre a realização de um ser colectivo” (2007: 109-110).

Ainda nos terrenos da semiótica, poderíamos encontrar outra abordagem no livro *Crítica das Ligações na Era da Técnica, Ligações\_Links\_Liasions*, organizado por José Bragança de Miranda e Maria Teresa Cruz. Nesta obra não existem, de facto, referências explícitas à participação e aos media, ainda assim é possível descobrir algumas interpretações que concorrem para uma certa ideia de relação entre indivíduos e instituições mediáticas. Com efeito, o termo ‘ligação’ acaba por ser um elemento determinante nesta obra, através de diversas perspectivas sobre as relações que se estabelecem por via da técnica, nesta era da contemporaneidade, ao longo de uma tipologia dividida entre ligações estranhas, livres, enredadas, perigosas, *on-off*. Ora, o termo ‘participação’, subliminarmente conotado em vários desses entendimentos, encontra maior profundidade nas palavras de Bragança de Miranda, ao defender que “todas as coisas estão ligadas, quer vejamos as conexões ou não” (2002:259). Provavelmente um dos pontos mais interessantes acaba por ser a forma como o autor analisa as ligações nas redes sociais: “vivemos, nos nossos dias, no meio de “conexões”, de “links”, do “online”, estamos votados à participação, à “interactividade”. Algo de novo está a emergir” (*ibidem*).

Não obstante os importantes contributos da semiótica social, enquanto disciplina que analisa a reprodução dos significados que percorrem as mais variadas actividades da socie-

dade, encontramos outro tipo de reflexões sobre este tema no terreno da sociologia e da comunicação. Novamente constatamos que estas análises não convergem exactamente nos mesmos pontos. Observemos, por isso, alguns casos. Partindo do importante contributo de Chantal Mouffe e Ernest Laclau (1964) – possivelmente um dos trabalhos pioneiros nesta área – percebe-se que ‘participação’, tomada aqui como pretexto da intervenção na esfera mediática, não obstante a sua aplicabilidade a outros terrenos da vida social, se refere a um conceito que flutua por diversos mares, pela multiplicidade de formatos que tal encerra. Com efeito, outra das primeiras tentativas na definição deste conceito terá sido apontada por Sherry Arnstein, com a publicação, em 1969, do artigo “A Ladder of Citizen Participation”, onde a autora procura definir um quadro orientador da escalada da participação. Mais importante do que esse percurso, será o posicionamento da autora em relação a este tema: “participação cívica é o termo categórico para o poder do cidadão. É a redistribuição do poder que inclui os cidadãos ausentes dos processos políticos e económicos para que sejam considerados, pelas suas deliberações, no futuro” (1969:216).

Em publicações mais recentes, Espen Ytterberg considera que participação consiste na “conjugação de um determinado conjunto de papéis dados pelo contexto de produção e pelas exigências do próprio formato” (2004: 678). Gunn Sara Enli acredita que o termo está inserido num “novo grupo de oportunidades de *feedback*, potenciados pela era digital” (2008:106). A participação assume-se, desta forma, como uma estratégia que combina legitimidade na integração do público nas produções mediáticas com conotações positivas para a entidade que a promove (Enli, 2008). Ainda no campo das várias definições, Barbrook defende que a participação não deverá ser entendida “à luz de um sentido unidireccional de maior ou menor diversidade, mas sim como uma de muitas tentativas para superar as contradições existentes entre a participação mediática e a democracia” (1995, cit. por Hamilton, 2003:297). Por seu turno, Denning entende que, não obstante a existência de possibilidades de participação, deverá optar-se pela diversificação de formatos nos mais variados contextos, numa tentativa de alargar a tendência de integrar o público não apenas no discurso dos media (1990, cit. por Hamilton, 2003).

Ainda nesta floresta de definições, Kiwan abre uma nova clareira ao acrescentar a questão da motivação para o “desenvolvimento de um conceito de inclusão de cidadania” (2007:228). Apesar de o investigador não desenvolver com propriedade esta ideia, parece de certa forma evidente que só indivíduos suficientemente motivados (incluindo nesta perspectiva a motivação pessoal, social ou a que parte dos apelos das próprias instituições mediáticas, por exemplo) conseguem ter condições para interagir com os media. Por outro lado, Evelina Dagnino propõe algo distinto, através de um conceito ‘despolitizado’ de participação, numa tentativa de

abrir a intervenção das audiências ao tratamento de “questões como a desigualdade social e a pobreza” (2004:102), demonstrando que o envolvimento do público passa, de facto, pela produção de alterações com efeitos visíveis na vida das pessoas. A investigadora assume, por conseguinte, que toda a participação deve revestir-se de uma exigência moral, de propósitos claros para alcançar efeitos visíveis: “a própria ideia de solidariedade, a grande bandeira dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e colectivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral” (*ibidem*).

Depois de circunscrita a questão da moralidade e da motivação intrínsecas ao conceito analisado, é possível observar outras perspectivas que incluem os novos ecossistemas mediáticos que, entretanto, têm vindo a ocupar certas rotinas quotidianas. A este propósito, Howard Rheingold (2008) acredita que as possibilidades que os novos media incluíram na experiência humana podem ajudar a reconfigurar o conceito que aqui procuramos desenvolver. Por isso, a disponibilização de conteúdos que a Internet proporciona – texto, áudio e vídeo, através das mais variadas plataformas como blogues, *podcasts* e *videocasts*, entre tantos outros exemplos – ajuda a conferir ao cidadão comum novas faculdades performativas de interacção com os organismos mediáticos. Deste modo, a rápida invasão destes dispositivos em certos sectores da sociedade não tem forçosamente que significar maiores níveis de participação. Rosa Alfaro Moreno (2006) apresenta um trabalho que intervém justamente nesta matéria, rejeitando a participação como mera “técnica de affair”, na qual os media apenas utilizam as colaborações dos cidadãos na justa necessidade delas, demitindo-se de um papel activo na promoção de uma cultura permanentemente aberta ao diálogo com os cidadãos.

Por outro lado, Miguel Padilla (2007) refere-se aos silêncios produzidos pelas habituais definições tradicionais de participação. Reconhecendo que a actualidade se presta, de sobremaneira, à aplicação indiscriminada e pouco reflexiva do termo ‘participar’, Padilla considera que o contexto e os actores a que reporta dificultam uma acepção clara e inequívoca do conceito, um pouco na linha de outros trabalhos que sugerem idênticas interpretações (Dachler & Wilpert, 1978). Ainda assim, o autor defende que a matriz comum entre a maioria das definições de participação reside justamente na ideia de partilha: “ser consultado pelo supervisor (Vroom, 1960); possuir algum grau de influência em decisões (Ascigil y Ryan, 2001); sentimento de pertença ao mesmo grupo (Anderson & West, 1998); envolvimento dos líderes nas partes mais importantes do processo social (Rebien, 1996) [...]” (2007, 1-2). Embora parte desta percepção possa ser enquadrada no âmbito empresarial – uma discussão que Padilla acabaria por prolongar – podemos sintetizar a raiz deste conceito à luz de sentimentos e/ou acções baseadas na partilha, ser consultado, grau de influência em decisões, sentimento de pertença, tomar responsabilidade. Contudo, o investigador acrescenta que participar, aplicado

à esfera dos media, diz respeito ao processo no qual os “objectos sociais se transferem das zonas privadas para as públicas” (2007:6).

Na verdade, Padilla diverge do entendimento de Arnstein, anteriormente descrito, no que toca à ideia de participação como redistribuição de poder. Com efeito, o autor prefere abordar a interacção dos cidadãos com os media no âmbito de uma relação espacial, em detrimento de relações de poder e da sua eventual partilha. O que aqui se ignora é o facto de, num sentido básico, serem os próprios media a deterem a capacidade (poder) de possibilitar a entrada de muitas vozes no espaço público. E nesse aspecto em particular, participar significa igualmente gerir um conjunto de circunstâncias que se restringem, de sobremaneira, na base do poder entre alguém que deseja intervir e alguém que decide abrir as portas para essa intervenção, mas, por constrangimentos vários (reduzido tempo/espaço para intervir, critérios editoriais, excesso no número de participantes, entre outros, etc.), pode, de facto, limitar a efectiva presença nesses espaços.

Ainda no conceito de participação, Miguel Padilla refere que a melhor ilustração representativa da participação será de uma assembleia, “em que todos podem ter algo a dizer (...). Aí acontece o mesmo quando pensamos que temos alguma influência na tomada de decisões, quando, na verdade, isso está longe de ser rigorosamente claro” (2007:9). Neste contexto, o autor trabalha a sua própria definição: “a participação é mais bem entendida como uma forma de relação com os objectos sociais, um processo em que alguém se envolve em determinados assuntos, e isto pode acontecer em muitos, muitos casos, porque existem diversas formas através das quais as pessoas podem sentir-se parte de algo” (*Ibidem*).

Em documentos mais recentes, tal como o relatório *Our Space: Being a Responsible Citizen of the Digital World* – uma parceria entre a Harvard Graduate School of Education, a University of Southern California e da Annenberg School for Communications and Journalism –, os autores conferem uma atenção particular ao conceito de participação, incluindo-o numa escala mais ampla, num conjunto de comportamentos realizados pelos utilizadores online, contexto ao qual o documento reporta. Neste texto, os investigadores consideram que a “participação pode incluir a assinatura de uma petição *online*, comentar o estado actual de um amigo no Facebook, descarregar um vídeo original no Youtube, contribuir para um blogue, etc. Os espaços *online* conferem aos jovens oportunidades positivas para assumirem novos papéis, aprendizagem de novas capacidades e colaborarem com outras pessoas relativamente a assuntos de índole social” (2011:8).

Aproveitando uma certa inspiração oriunda das diferentes sensibilidades, poderíamos eventualmente contribuir para esta discussão com a nossa própria definição e enquadramento do termo participação, restringindo a sua esfera de actividade aos media jornalísticos. Deste modo, e

tendo em conta que o nosso projecto protagoniza certos espaços de opinião pública, sugerimos que, por participação dos cidadãos, se entende o movimento de interacção estabelecido entre as instituições mediáticas, nos mais diversos contextos desenhados por esses agentes, e os cidadãos, na forma de ouvintes, espectadores, leitores de edições impressas ou *online*.

Este será porventura um entendimento básico sobre esta realidade. Contudo, como podemos avaliar a qualidade desta interacção? Podemos sugerir dois níveis:

- em termos metodológicos, demonstra a capacidade do cidadão em dominar os procedimentos básicos para interagir com um ou vários media;
- em termos substantivos, concretiza a capacidade do cidadão em não só dominar as ferramentas necessárias para intervir junto de um órgão de comunicação, mas também complementar essa interacção com intervenções que respeitam as normas de comportamento exigidas pelo formato, acrescentando valor ao debate que se produz.

Reconhecendo as limitações que esta definição possa encerrar, poderíamos, por fim, destacar algumas áreas ainda pouco exploradas nos estudos sobre o movimento dialéctico entre cidadãos e media no terreno dos programas de opinião pública. Deste modo, poucos trabalhos têm sido capazes de identificar as motivações ou até mesmo o grau de satisfação que a performance participativa traz a quem se sente minimamente compelido a participar num determinado formato. Motivado por algumas destas questões, este projecto toma como pretexto da sua actividade outro conjunto de reflexões pouco exploradas neste terreno, nomeadamente através da análise e estudo de outros eventuais pontos de interesse tais como os actores, contextos e processos que os fenómenos participativos implicam no contexto televisivo nacional.

Ainda na definição dos limites do conceito de participação, diversos investigadores têm vindo a dividir-se entre críticas e elogios em relação à abertura dos canais participativos por parte dos órgãos de comunicação social jornalísticos. Tendo por base a discussão do enredo participativo, não seria justo excluir as diferentes aceções manifestadas pelos estudiosos que ora destacam o papel positivo e integrador da participação, ora decidem atribuir uma nota negativa a toda a temática.

No âmbito de diversas críticas realizadas à intervenção dos cidadãos nos media, podemos sublinhar algumas realizadas por Nie e Erbing (2000) que denunciam o pouco tempo e disponibilidade dos indivíduos para tal actividade. Mesmo que aceitem participar nesses espaços mediáticos, os autores consideram que tais indivíduos perderiam a oportunidade de conviver fisicamente com a comunidade. Um argumento próximo da teoria da desterritorialização, sustentada por Finholt e Sproull (1990), que sublinha a quantidade limitada de tempo livre dos indivíduos como forte constrangimento das actividades comunicativas passíveis de integração do público. Rabia Polat (2005), por exemplo, considera que os estudos sobre a participação política não indicam

claramente a relação entre participação e informação. Por sua vez, Rosa Alfaro Moreno reitera que “infelizmente, a sociedade civil está mais interessada nos media do que nos pontos de vista dos peritos e não necessariamente nas transformações reais e nos projectos que estão a ser desenvolvidos” (2006:299).

Contrariamente a algumas das breves críticas apontadas, existe, porém, um conjunto de autores que destacam os argumentos favoráveis à ideia da integração do público nos formatos dedicados à intervenção do cidadão. Com efeito, Yankelovich (1991) considera, numa abordagem filosófica sobre o jornalismo cívico, que o julgamento público proporciona a formação de uma opinião pública com uma qualidade mais elevada e mais genuína. Por seu turno, Ostrom (1990) refere que a participação cívica representa um marco crítico no envolvimento e integração da comunidade e desempenha “um papel central na saúde e funcionamento das sociedades democráticas através do agendamento da acção colectiva através da construção comunitária”. O investigador defende a melhoria da qualidade da opinião pública e da saúde democrática como possíveis vantagens para uma cultura participativa, um termo que acaba por ser caro a Henry Jenkins (1992), por exemplo.

Conscientes da multiplicidade de interpretações que o conceito de participação pode sugerir, partimos com a convicção de que o movimento de interacção entre as instituições mediáticas e os cidadãos representa, na sua base, o entendimento singular de uma ideia de interactividade, concretizada numa determinada motivação pessoal de diversas índoles. Promover a investigação sobre este terreno, abrindo-nos ao estudo dos actores e das dinâmicas que rodeiam os espaços televisivos dedicados à intervenção do telespectador pode permitir-nos conhecer melhor uma área pungente e em franca expansão na comunidade académica internacional.

## Bibliografia

Arnstein, Sherry (1969), A Ladder of Citizen Participation. In *Journal of the American Institute of Planners*, volume 35, número 4.

Barbrook, Richard (1995), *Media Freedom: The Contradictions of Communication in the Age of Modernity*, Londres: London and Boulder, CO, Pluto Press.

Castells, Manuel (2005), *A Sociedade em Rede*. Porto: Campo das Letras.

Dagnino, Evelina (2004), Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

Enli, Gunn (2008), Redefining Public Service Broadcasting Multi-Platform Participation In

*Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, volume 14, número 1.

Laclau, Ernesto & Chantal, Mouffe, (2001), *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, Londres: Verso.

Finholt, Thomas, & Sproull, Lee (1990), A Social Influence Model of Technology Use. In J. Fulk & C. Steinfield (Ed.), *Organizations and Communication Technology*. Newbury Park: Sage.

Hamilton, James (2003), Remaking media participation in early modern England. In *Journalism*, volume 4, número 3.

Kiwan, Dina (2007), Uneasy relationships?: conceptions of 'citizenship', 'democracy' and 'diversity' in the English citizenship education policymaking process in *Education, Citizenship and Social Justice*, volume 2.

Maffesoli, M. (2007), *Le Réenchantement Du Monde, Une Éthique Pour Notre Temps*, Paris: Éditions de La Table Ronde.

Miranda, José de Bragança & Cruz, Maria Teresa (org.) (2002), *Crítica das Ligações na Era da Técnica, Ligações\_Links\_Liasions*. Lisboa: Tropismos.

Moreno, Rosa (2006). Citizens and media cultures: hidden behind democratic formality. In *Global Media and Communication*, volume 2, número 3.

Nie, N. & Erbing, L. (2000). *Study Offers Early Look at How Internet Is Changing Daily Life. Working Paper*. Stanford: Institute for the Quantitative Study of Social Science.

Ostrom, Elinor (1990), *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Padilla, Miguel. et al. (2007) *Approaches to participation: some neglected issues*, Comunicação apresentada na 5ª Conferência Critical Management Studies, Manchester, Inglaterra, 11-13 de Julho de 2007.

Polat, Rabia (2005). The Internet and Political Participation: Exploring the Explanatory Links. In *European Journal of Communication*, volume 20, número 4.

Rheingold, Howard (2008). Using Participatory Media and Public Voice to Encourage Civic Engagement. In *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*.

Yankelovich, Daniel (1995). *The Yankelovich Cybercitizen Report*. Atlanta: Yankelovich Partners.

Ytreberg, Espen (2004). Formatting Participation within Broadcast Media Production. In *Media, Culture & Society*, volume 26, número 5.

The GoodPlay Project & Project New Media Literacies (2001). *Our Space: Being a Responsible Citizen of the Digital World*. Disponível em: <http://www.downes.ca/post/56321> [acedido em 01-10-2011].